


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centervile
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br
SENTENÇA

Processo nº: **0008535-88.2008.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Pagamento**
 Requerente: **Coopervam Cooperativa Agropecuaria do Vale do Mogi Guaçu**
 Requerido: **Caio Rodrigues de Oliveira**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 17/12/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 894/08

VISTOS.

COOPERVAM – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO MOGI-GUAÇU ajuizou a presente **AÇÃO MONITÓRIA** em face de **CAIO RODRIGUES DE OLIVEIRA**.

Aduz a autora, em síntese, que é credora do réu de R\$ 550,00 representados pelo cheque nº UD – 305654, referente à conta corrente 30592-5 (Banco Itaú), emitido por ele para pagamento de mercadorias. Afirma que o título executivo foi devolvido nas duas apresentações por falta de provisão de fundos. Dessa forma, entrou em contato com o réu por diversas vezes para recebimento de seu crédito, porém todas as tentativas restaram infrutíferas. Pediu a procedência da ação e a condenação do réu ao pagamento do valor devido. Juntou documentos às fls. 10/16.

Devidamente citado, o requerido apresentou embargos, sustentando, em síntese, que 1) teve “extraviado” seu talão de cheques contendo folhas em branco do nº 305649 até 656 e o cheque da presente ação tem o nº 305654; 2) a autora poderia ter

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

evitado a fraude de que foi vítima solicitando os documentos e não aceitando o pagamento com cheque de terceiro, dessa forma assumiu o risco de prejuízos; 3) a assinatura aposta no cheque não corresponde à sua. No mais, pediu a improcedência da ação ou apenas a procedência parcial, excluindo-se da condenação o valor pleiteado a título de cláusula penal.

Sobreveio impugnação aos embargos à fls. 30/37.

Pelo despacho de fls. 166 foi determinada a produção de provas. As partes não se manifestaram.

Pelo despacho de fls. 61 foi determinada a realização de perícia grafotécnica. O laudo foi encartado às fls. 148/163.

Pelo despacho de fls. 168 foi declarada encerrada a instrução. O autor apresentou memoriais às fls. 169/170 e a ré não se manifestou.

Eis o relatório.

DECIDO.

Discute-se nos autos um débito de R\$ 550,00 (materializado em um cheque) que o réu nega ter contraído.

Segundo a defesa não coube a ele o saque.

Ocorre que a perícia oficial – única realizada – permitiu ao juízo concluir justamente o oposto, ou seja, que coube ao réu lançar a assinatura no sobredito título de crédito nº 305654, que foi entregue à autora por conta de negócio lícito e não contestado.

Cabe, por fim, salientar que o documento policial exibido a fls 28 não prova o efetivo extravio do talonário do réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Apenas demonstra que esteve ele na delegacia de polícia dando conta desse evento e nada mais.

Ademais, o cheque vale pelo que nele foi lançado.

Representa confissão de dívida daquilo que nos espaços próprios está materializado.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS e CONDENO o requerido**, CAIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, a pagar à autora, COOPERVAM COOPERATIVA DO VALE DO MOGI GUAÇU, a importância de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), acrescida da multa de 2%, com correção a contar de 01/03/2006 (fls. 12) , além de juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará o requerido/embargante com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

P. R. I.

São Carlos, 09 de janeiro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**